



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado

do Rio Grande do Sul

Brasil

Franchi Carniello, Monica; Santos, Moacir José dos
Predisposição para Formação de Capital Social entre Comerciantes dos Corredores Comerciais da
Região Central do Município de São José dos Campos - SP
Desenvolvimento em Questão, vol. 9, núm. 18, julio-diciembre, 2011, pp. 169-195
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75220806008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Predisposição para Formação de Capital Social entre Comerciantes dos Corredores Comerciais da Região Central do Município de São José dos Campos – SP

Monica Franchi Carniello¹

Moacir José dos Santos²

Resumo

A cooperação, um dos elementos que resulta na formação do capital social de um indivíduo ou grupo de indivíduos, é uma das variáveis de interferência no processo de desenvolvimento local. O objetivo deste artigo é verificar a predisposição para realização de ações de promoção e comunicação mercadológica de maneira cooperada por parte de comerciantes de corredores comerciais da região central de São José dos Campos (SP), de forma a promover o desenvolvimento do comércio local. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa, com coleta de dados documental. Verificou-se que existe uma nítida predisposição para a cooperação por parte dos comerciantes dos corredores estudados, o que é uma potencialidade para a formação e acúmulo de capital social e, portanto, uma vantagem para o desenvolvimento do comércio local.

Palavras-chave: Capital social. Comunicação. Comércio. São José dos Campos. Desenvolvimento local.

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté – SP. monicacfarniello@gmail.com

² Doutor em História (UNESP). Docente do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté – SP. santos.mj@ig.com.br

Abstract

Cooperation, one element that results in the formation of social capital of an individual or group of individuals, is one of the variables of interference in local development process. The aim of this paper is to verify the disposition to perform actions of promotion and marketing communication in a cooperative manner by traders in the central region of São José dos Campos – SP, in order to foster the development of local commerce. The research is characterized as exploratory, qualitative approach to data collection documents. It was found that there is a clear predisposition for cooperation on the part of traders in the corridors studied, which is a potential for the formation and accumulation of social capital and therefore an advantage for the development of local trade.

Keywords: Social capital. Communication. Trade. São José dos Campos. Local development.

A cultura, compreendida sob a perspectiva antropológica como sistemas de signos e significados criados pelos grupos sociais (Geertz, 1978), é uma variável que incide no desenvolvimento de uma região, visto que o modo de organização social, seus valores e tradições delineiam as ações antrópicas e as estratégias de sobrevivência encontradas pelas sociedades, bem como os caminhos para o desenvolvimento. Partindo da premissa de que o desenvolvimento relaciona-se com a qualidade de vida, que é um conceito relativo e variável conforme repertório cultural de uma sociedade, Dallabrida (2011) destaca que as teorias clássicas dialogavam, ainda que de maneira não explícita, com o conceito de cultura ao considerá-la em seu escopo, ainda que o alcance desta se relacione diretamente com o acúmulo de riquezas. A cultura é um elemento que tangenciava esse processo, como afirma Dallabrida (2011, p. 285):

Em Adam Smith, o meio sócio-cultural era considerado uma variável exógena, agindo sobre o sistema, determinando o comportamento das variáveis econômicas. Já, para Marx, o processo social determinava-se pela motivação econômica. São relações indiretas entre economia, cultura e desenvolvimento.

Com a reformulação do conceito de desenvolvimento no final do século 20, uma vez que conceitos estão sujeitos à historicidade, a relação entre cultura e desenvolvimento se delineia de maneira mais explícita em distintas escolas de pensamento, das quais se destaca a abordagem sobre capital social, referencial teórico considerado nesta pesquisa. A premissa dessa concepção baseia-se na existência de redes de relações formais e informais que, pautadas na cooperação e reciprocidade, são elementos de fomento ao desenvolvimento. Os estudos contemporâneos sobre desenvolvimento indicam as práticas participativas como elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento regional. Tal é sua relevância que se parte da premissa de que a cooperação é uma das variáveis que explica as diferenças rumo ao desenvolvimento de uma região, conforme observa Bandeira (1999, p.12):

Segundo estudos recentes, o capital social – que é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas – constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento.

Ressalta-se que a perspectiva considerada no presente texto não pretende relacionar a cultura e o desenvolvimento de maneira dogmática, o que incorreria em uma leitura simplista e até determinista, conforme acredita Hermet (2002), que destaca que tal pensamento levaria à ideia de que algumas sociedades, por sua constituição cultural, estariam predestinadas ao desenvolvimento e, consequentemente, aquelas que não apresentassem em suas tradições e valores elementos que levassem à cooperação estariam fadadas ao fracasso.

Tais práticas participativas são aspectos que, somados a outras variáveis, interferem no processo de desenvolvimento de uma região ou localidade, uma vez que se aplicam nos processos de formação de políticas públicas, no planejamento territorial e urbano, na gestão dos municípios ou outras instâncias regionais, bem como em ações cooperadas de naturezas diversas que resultem na promoção do desenvolvimento regional. Buscou-se diagnosticar entre os comerciantes da região central de São José dos Campos, em uma perspectiva temporal transversal, se na configuração cultural vigente há elementos que sinalizem predisposição à cooperação no que tange a ações comerciais conjuntas, o que é um indício de existência de capital social, uma vez que implica ações conjuntas que permitem o alcance de objetivos comuns que, isoladamente, não seriam atingidos ou exigiriam mais esforço individual para seu alcance.

O objetivo deste artigo foi verificar a predisposição para realização de ações de promoção e comunicação mercadológica de maneira cooperada por parte de comerciantes de corredores comerciais da região central de São José dos Campos – SP.

Este texto limitou-se a verificar a predisposição dos comerciantes de corredores comerciais de São José dos Campos à realização de ações publicitárias cooperadas. Não foi mensurado o capital social acumulado do grupo estudado, o que exigiria a aplicação de instrumentos de mensuração que contemplassem todas as dimensões que compõem o capital social. Revela-se, portanto, a potencialidade ou não para a cooperação, uma das variáveis que compõem o capital social, que por sua vez caracteriza-se como uma potencialidade em favor do desenvolvimento da atividade comercial entre os universos estudados.

Desenvolvimento Local

O conceito de desenvolvimento passou por diversas reelaborações no período contemporâneo, em virtude de um conjunto de variáveis que acarretaram mudanças contextuais e que, por sua vez, geraram a necessidade de quebrar paradigmas relacionados ao conceito. Em razão da relevância que as discussões sobre desenvolvimento ganharam na segunda metade do século 20, Sachs (1998, p.150) chegou a nomear o período como “era do desenvolvimento”.

Uma ruptura paradigmática evidente é a relação direta entre desenvolvimento e industrialização. Entendidos inicialmente como uma sinônima, esses conceitos receberam outro tipo de interpretação em razão do processo histórico contemporâneo, que impôs a necessidade de reformulação da definição de desenvolvimento. Até meados do século 20 a industrialização foi percebida como principal indicador de desenvolvimento. Os efeitos colaterais da atividade fabril, como a poluição, não constituíam para o conjunto das percepções sociais daquele período um elemento nocivo ao desenvolvimento humano. Com a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, ocorreu a renovação da percepção sobre a qualidade do desenvolvimento. Ainda nas décadas de 60 e 70 os grupos ambientalistas, principalmente na Europa, alertavam para os efeitos nefastos da atividade econômica predatória sobre

os ecossistemas e também sobre a vida humana. O relatório Brundtland marca o início da busca por uma nova forma de desenvolvimento, não relacionada somente à industrialização e com o apoio da Organização das Nações Unidas.

Um segundo aspecto relevante é o foco regional que o desenvolvimento adquiriu. As estratégias, planos e processos passaram, ainda que gradualmente e de forma heterogênea, de operar para as regiões para operar a partir das regiões. Dessa forma, as regiões passaram a ser compreendidas como atores e agentes de desenvolvimento e os atores sociais locais ganharam destaque, uma vez que seu poder de ação em escala regional passou a ser mais reconhecido.

Dentre as razões que podem ser destacadas como fomentadoras desse processo de regionalização estão o fim do fordismo, que ocasionou um reescalonamento espacial, haja vista que a produção centralizada deixou de ser uma vantagem competitiva para as empresas; as próprias experiências regionais bem-sucedidas que, ainda que heterogêneas, demonstraram empiricamente as possibilidades e vantagem do aproveitamento do potencial endógeno regional; o próprio enfoque do meio acadêmico, que passou a tomar os processos de desenvolvimento regional como objeto de estudo, conferindo relevância e visibilidade aos casos pesquisados; e por fim, a existência de uma rede de comunicação global, que permite que as regiões se tornem mais visíveis e participem dos fluxos de comunicação estabelecidos nas esferas empresariais/ econômicas, culturais e sociais.

Um terceiro ponto, que se relaciona com a superação da relação simplista entre industrialização e desenvolvimento, refere-se à abordagem interdisciplinar que passou a permear o conceito, que é evidenciada nas palavras de Sachs (1998, p. 150):

A idéia simplista de que o crescimento econômico por si só bastaria para assegurar o desenvolvimento foi rapidamente abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito, expressa pelas adições

sucessivas de epítetos: *econômico, social, cultural*, naturalmente *político*, depois *viável [sustainable]*, enfim, último e recente acréscimo, *humano*, significando ter como objetivo o desenvolvimento dos homens e das mulheres em lugar da multiplicação das coisas. [...] Assim, reconheçamos o caráter eminentemente positivo do acréscimo sucessivo dessas dimensões ao conceito de desenvolvimento. É apenas por ter sofrido tal transformação, que se tornou uma noção central para a compreensão de nossa época e para a concepção dos *projetos nacionais* voltados para o futuro.

Esta reflexão evidencia a incorporação da cultura como um dos pilares que compõem o conceito de desenvolvimento, em uma perspectiva multidimensional. Essa nova perspectiva implica o reconhecimento do desenvolvimento como um processo complexo e composto por diversas variáveis associadas aos múltiplos campos de vivência dos grupos humanos. Sen (1999), ao considerar também essa perspectiva do desenvolvimento, estabelece uma correlação entre desenvolvimento e liberdade para fundamentar outra construção conceitual. Para ele, a liberdade é fim e meio principal para o desenvolvimento, que pode ser compreendido como uma forma de remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas mínimas possibilidades de escolhas e poucas oportunidades para o exercício de sua ação racional.

Para o alcance do desenvolvimento, um conjunto de liberdades, denominadas pelo autor como instrumentais, são essenciais, tais como: liberdades políticas; disponibilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e proteção de segurança, previdência social (Sen, 1999). Verifica-se que tais liberdades, ou não restrições da ação humana em sociedade, oportunizam a qualidade de vida do indivíduo, que é um direito e objetivo do desenvolvimento.

Um ponto relevante a ser observado é que as liberdades instrumentais destacadas por Sen (1999) só são viáveis em ambientes democráticos. A partir dessa leitura, torna-se possível afirmar que desenvolvimento e democratização caminham paralelamente em seus processos históricos, uma vez que são conceitos interdependentes. As práticas participativas são

elementos fundamentais do regime democrático, e sua formalização por meio do caráter legal das práticas participativas, tal qual ocorre na Constituição de 1988, revela um contexto favorável para a efetivação do desenvolvimento, tal qual concebido por Sen (1999).

A associação entre desenvolvimento e liberdade postulada por Sen e a publicação do relatório Brundtland expressam a busca por um novo padrão de desenvolvimento. Sen foi um dos responsáveis pela concepção do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – o indicador composto aplicado pela Unesco para mensurar a qualidade de vida em correlação ao desenvolvimento sustentável. Esse parâmetro permeia a produção de conhecimento no campo das Ciências Sociais aplicadas, com o intuito de favorecer a compreensão dos fatores que impulsionam o desenvolvimento sustentável, particularmente no âmbito local. Sob esse referencial, portanto, é característica da busca por desenvolvimento, em sua concepção contemporânea, a democratização dos processos decisórios, o que viabiliza a participação dos atores sociais locais nos planos e políticas públicas de desenvolvimento, que por sua vez faz jus ao processo de regionalização anteriormente citado. Para ilustrar os mecanismos de participação, cita-se a criação do Estatuto da Cidade, instrumento legal elaborado a partir das premissas de atribuição de autonomia aos municípios constantes na Constituição de 1988. O documento tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade; reúne normas relativas à ação do poder público e instrumentaliza o município para garantir o pleno desenvolvimento das funções da cidade e da propriedade urbana. Dessa maneira, o município torna-se o principal responsável pela execução da política urbana (Brasil, 2001).

Há uma série de instrumentos de participação nos processos de construção da política urbana em escala municipal previstos no Estatuto, por exemplo: debates, plebiscitos, planos e projetos de lei de iniciativa popular; conferências; referendos; consultas públicas; constituição de órgãos colegiados de política urbana; audiências públicas. Tais instrumentos legais revelam uma transição da democracia representativa para uma democracia participativa. Verifica-se a tendência de institucionalização dos processos

participativos, o que confirma que a democracia é uma condição da concepção contemporânea de desenvolvimento. A associação entre democracia e desenvolvimento estimulou Leff (2006) a ressaltar a diferenciação entre democracia representativa e democracia participativa, destacando que a primeira tende a mascarar e unificar diferentes visões e, ao unificar os interesses, deixa de responder aos anseios de comunidades locais. Já a democracia participativa, por prever processualmente a participação da sociedade civil, permite a formulação de soluções, “futuros possíveis”, nas palavras de Leff, que atendem aos anseios em escala local, visto que democratiza os processos de produção dos meios de vida das distintas localidades.

Este artigo pretende aplicar o referencial teórico pertinente à associação entre desenvolvimento local e democracia participativa para avaliar a potencial contribuição de um grupo social específico quanto à formação do capital social. Entende-se o capital social como elemento dinamizador do desenvolvimento local. Para tanto, este texto resulta da análise do recorte de um segmento específico da sociedade, os comerciantes, que possuem expressiva representatividade enquanto atores sociais, devido aos papéis econômico e social que a atividade comercial exerce em um município. Por sua atuação local é possível afirmar que projetos elaborados por esses atores tendem a exercer papel catalisador, uma vez que iniciativas locais podem se tornar importantes fatores de competitividade ao fazer dos territórios ambientes inovadores.

O associativismo dos atores locais, constituindo a representação da sociedade civil organizada, é outro fator que fortalece os processos de participação, de maneira a fomentar a atuação em esfera local, uma vez que a organização das atividades econômicas, seus atores e instituições, significam a manutenção da sustentabilidade econômica em âmbito regional, assim como a sustentabilidade institucional, uma vez que favorece a existência de estruturas e instituições sólidas de interação que permitem que os cidadãos possam exercer a sua participação nas tomadas de decisão e seu controle na execução destas decisões (Mathis, 2011). “Instituições, nesse sentido, oferecem normas constitutivas e reguladoras que contribuem para a própria

constituição de atores, prescrevem papéis institucionais, abrem ou fecham acesso às decisões políticas, condicionam as actividades e delineam expectativas” (tradução dos autores) (Spangenberg et al., 2002, p. 72).

A existência de instituições sólidas é um fator relacionado ao acúmulo de capital social, visto que implica a existência de uma rede sólida de relações (Bourdieu, 1980). A perenidade e consistência das instituições fortalece as relações entre os agentes sociais e colabora para a consolidação de um ciclo virtuoso. Deste modo, o acúmulo de capital social favorece o enfrentamento dos desafios relacionados à efetivação do desenvolvimento local. A escolha da fonte dos dados obedeceu a esse critério, pois favorece a percepção do grau de eficiência dos mecanismos produtores de capital social em relação às instituições sociais. A sua mensuração, porém, está limitada, neste artigo, aos objetivos definidos e apresentados anteriormente.

A observação destes critérios orientou a escolha da fonte dos dados documentais utilizados nesta pesquisa, que foram gerados pela Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos – SP, instituição do Terceiro Setor fundada em 1935 e pautada em um modelo que se reproduz em outros municípios, reforçando os conceitos de associativismo e cooperação como fomentadores do capital social.

A partir dessa sucinta reflexão sobre o conceito de desenvolvimento, formula-se a questão sobre quais são as variáveis que explicam as diferenças entre as regiões que, em tese, teriam condições potenciais similares de se desenvolver. Dentre os argumentos existentes destaca-se a cooperação e, portanto, um alto nível de capital social, conforme abordado a seguir.

Cooperação e Capital Social

A razão pela qual as regiões com potencialidades semelhantes mantêm níveis desiguais de desenvolvimento é uma questão que ainda precisa ser solucionada. Dentre as hipóteses existentes destaca-se a que afirma que regiões com elevado nível de capital social tendem a ter maior êxito.

Ressalta-se que tal hipótese não pode ser vista sob perspectiva determinista, tal qual presente em Putnam (1996), uma vez que o capital social pode ser estimulado.

O determinismo presente nos escritos de Putnam tem condições de ser superado ao se constatar que o capital social pode ser estimulado a partir de inserções efetivadas por diferentes agentes, inclusive pelos governos municipais cuja orientação esteja pautada na ampliação dos mecanismos democráticos. Instala-se, nesse caso, o modelo de “governança democrática” no qual segmentos organizados em associações de interesses formulariam suas demandas de forma que o poder público as tivesse por referência (Tonella; Costa, 2004, p. 270).

Essa visão condiz com a visão de Fukuyama (2001, p. 6) que “capital social não pode ser tão facilmente criado ou formatado por políticas públicas” [tradução dos autores]. Durston (1999) confronta essa ideia ao defender que o capital social pode ser criado, a partir da existência de instituições suficientemente fortes que desempenham a função de sinalizar outros modos de comportamento distintos dos convencionais, o que permite deduzir que o capital social não é uma característica cultural enraizada historicamente em gerações, o que se configura como uma leitura determinista.

Os autores compartilham da ideia de que o capital social pode ser estimulado, mas é fato que se, culturalmente, houver uma predisposição cultural para a cooperação, o acúmulo de capital social pode ser alcançado de maneira mais efetiva. Para compreender a predisposição para formação de capital social em um determinado grupo, torna-se pertinente identificar as distintas abordagens conceituais existentes. Bourdieu (1980) foi um dos teóricos que explorou o conceito de capital social, ainda que de maneira não conclusiva, mas que sinalizou de maneira impactante uma vertente a ser tomada como objeto de estudo no meio acadêmico. Para este autor (1980) capital social implica a existência e manutenção de uma rede durável de

relações, por meio da qual as pessoas atingem objetivos que seriam inatingíveis individualmente. Essas redes de relações podem ser mais ou menos institucionalizadas e implicam conhecimento ou reconhecimento mútuo.

Sob outra perspectiva Ostrom (2000), apesar de não utilizar a expressão capital social de maneira direta, destaca a cooperação como uma forma de as sociedades buscarem soluções conjuntas, fundamentando a ação coletiva. A partir de estudos empíricos, Ostrom (2000, p.137) contesta a teoria da contribuição zero, que afirma que racionalmente, salvo em situações excepcionais, os indivíduos não vão agir por interesses coletivos. A autora destaca que indivíduos cooperam de maneiras distintas, e há variáveis que contribuem para tal, dentre elas a elaboração de regras comuns e a representatividade institucional. “A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento” (Sabourin, 2010, p. 145). A partir da reciprocidade, os indivíduos podem compartilhar sentimentos morais e atingir interesses morais impossíveis de serem alcançados sem a ação coletiva.

Putnan (1996) considera capital social a fonte de onde surgem as interações cooperativas, que são expressas em distintas formas de associação da comunidade cívica. Já Coleman (apud Higgins, 2005) caracteriza capital social como os recursos de uma estrutura social que permitem que os indivíduos atinjam seus objetivos. Fukuyama (2001, p. 7) define capital social como uma “norma que promove cooperação entre dois ou mais indivíduos” [tradução dos autores].

Para mensuração do capital social há uma diversidade de instrumentos de coleta de dados que são adaptados ao objeto de estudo. Uma das propostas foi delineada por Grootaert et al. (2003), que considera as dimensões sistematizadas a seguir:

- Grupos e Redes: a extensão da participação de um membro de um domicílio em vários tipos de organização social e redes informais

- Confiança e Solidariedade: confiança em relação a vizinhos, provedores de serviços essenciais, e estranhos
- Ação Coletiva e Cooperação: como os membros do domicílio têm trabalhado com outras pessoas em sua comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a uma crise
- Informação e Comunicação: acesso à informação
- Coesão e Inclusão Social: natureza e o tamanho das diferenças nas entidades
- Autoridade (ou capacitação) [*Empowerment*] e Ação Política: controle dos indivíduos sobre instituições e processos que afetam diretamente seu bem-estar

Neste artigo, a partir de dados documentais previamente existentes gerados pela Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos – SP, torna-se possível identificar alguns aspectos da ação coletiva e cooperação, visto que os comerciantes foram questionados sobre a disposição de realizar comunicação mercadológica conjunta, o que se caracteriza como uma ação coletiva que permitiria o alcance de objetivos comuns do comércio local.

Uphoff (2000) propõe uma categorização de variáveis no processo de mensuração de capital social, agrupando-as nas formas estrutural e cognitiva. A estrutural refere-se aos papéis, regras e relações sociais e a cognitiva diz respeito à confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade. No estudo em questão, os dados documentais permitiram avaliar a predisposição à ação cooperada, o que é categorizado como capital social cognitivo.

A partir dos conceitos apresentados verifica-se que o capital social é pautado nas relações entre os atores sociais e na maneira como elas se configuram. Cooperação, confiança, compreensão do papel cívico são aspectos importantes que possuem relação direta com a formação do capital social. Ressalta-se que as instituições, formais ou informais, tais quais o núcleo familiar, as associações, grupos religiosos, entre muitos outros, têm impor-

tante papel na articulação nas redes de relações, premissa do capital social. As normas instituídas por esses grupos favorecem a existência de confiança e reciprocidade, fatores importantes para que possam ser traçados objetivos comuns.

Higgins (2005, p. 23) argumenta que “o capital social foi incorporado como o quinto fator de produção junto aos três fatores tradicionais, terra, trabalho e capital físico (ferramentas e tecnologia), somados ao capital humano (educação e saúde)”.

Verifica-se, a partir dos conceitos apresentados, que o capital social demanda uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo distintos campos das Ciências Sociais, o que definitivamente revela a superação do desenvolvimento entendido como crescimento econômico. Em todos os debates travados nos últimos anos, o conceito de capital social tem ocupado um espaço crescente, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento (Rattner, 2002, p. 2).

Caracterização do Comércio de São José dos Campos

O crescimento populacional do município de São José dos Campos reflete o processo ocorrido no Brasil, que na segunda metade do século 20 tornou-se um país predominantemente urbano. “Em um período de pouco mais de cinqüenta anos, a população urbana que representava cerca de 30% da população total, passou a ser de 81% no ano de 2000” (Ojima, 2006).

Tomadas em conjunto, as aglomerações com mais de 100 mil habitantes, raras em 1940 – quando eram apenas dezoito em todo o país – vêm o seu número aumentado nos recenseamentos seguintes, alcançando 142 em 1980. Em 1991, 183 municípios contavam com mais de 100 mil

habitantes. A partir dos anos 1970, parece ser esses (100 mil) o patamar necessário para a identificação de cidades médias em boa parte do território nacional (Santos, 2005).

As cidades passaram a desempenhar papel cada vez mais importante na perspectiva espacial regional. O crescimento populacional, a industrialização e, em um período mais recente, a saturação das metrópoles, são fatores relacionados com a intensificação da urbanização.

São José dos Campos passou por distintos ciclos econômicos. Em um primeiro momento o Vale do Paraíba exercia um papel coadjuvante da economia mineira, como rota de passagem. Os primeiros sinais de desenvolvimento econômico partiram das plantações de algodão e café. Após o período cafeeiro, que entra em declínio no início do século 20, inicia-se a chamada “fase sanatorial”, na qual a cidade abrigava pacientes tuberculosos em razão do clima ameno. Segundo RICCI (2006, p. 42) “o fato mais importante é que, com a decadência da cafeicultura, a mão-de-obra utilizada na lavoura migrou para as cidades [...] oferecendo disponibilidade de força de trabalho. Esta disponibilidade constitui-se num dos principais fatores de atração dos investimentos”.

O processo de industrialização, ciclo econômico responsável pelo salto definitivo do crescimento urbano do município, inicia-se no final da década de 40, impulsionada pela instalação do Centro Tecnológico Aeroespacial (1950), e, posteriormente, a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, que interligou as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, cruzando o Vale do Paraíba.

Verifica-se o crescimento populacional intenso ocorrido no município a partir da década de 70, que não é apenas de origem endógena, e sim decorrente da atratividade gerada pelo processo de industrialização.

Tabela 1: Síntese demográfica – São José dos Campos

	1970	1980	1991	2000	2010
População Total	148.332	287.513	442.370	539.313	629.921
Urbana	132.467	276.901	425.515	532.717	617.106
Rural	15.865	10.612	16.855	6.596	12.815
Taxa de Urbanização	89,30%	96,30%	96,20%	98,80%	98,10%

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
– Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Esse crescimento populacional gerou demanda de habitação, infraestrutura e serviços, e causou uma remodelação do espaço no município. Formou-se um mercado potencial para o comércio, que representa mais de 40% dos estabelecimentos do município, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Dados do comércio de São José dos Campos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Número de Estabelecimentos do Comércio	3.612	3.774	4.055	4.116	4.284	4.434	4.521	4.777	4.954	5.125
Porcentagem de Estabelecimentos do Comércio no Total de Estabelecimentos (Em %)	43,04	42,85	43,66	43,85	44,48	44,82	45,61	43,77	43,08	42,28
Vínculos Empregatícios no Comércio	21.164	22.468	23.832	24.066	26.597	29.044	31.382	32.734	33.783	35.131
Participação dos Vínculos Empregatícios no Comércio no Total de Vínculos (Em %)	18,15	17,88	18,59	19,53	19,86	20,66	21,24	19,7	18,45	18,52
Salário Médio nos Vínculos Empregatícios	542,97	604,61	674,1	733,28	778,85	855,58	875,39	934,68	1.018,51	1.121,43
Valor Adicionado Físico do Comércio - Total (Em reais de 2010)	2.159.600.693	2.115.553.467	2.234.340.970	1.948.722.674	1.968.931.527	2.149.386.763	2.196.945.265	2.248.080.307	2.382.256.726	
Valor Adicionado Físico do Comércio Varejista -	1.773.423.778	1.796.629.791	1.881.178.695	1.625.101.155	1.582.807.948	1.679.552.259	1.596.882.667	1.651.689.667	1.686.089.659	

Fonte: Fundação Seade, 2011.

Em 2009 o comércio de São José dos Campos possuía 35.131 empregos formais, o que demonstra a representatividade da atividade no município e, portanto, revela a necessidade de fomentar e estimular tal atividade. Os dados constantes da Tabela 2 evidenciam a importância estratégica do comércio para São José dos Campos quanto às dimensões social e econômica. O período analisado compreende a última década e em todos os critérios é possível observar a manutenção dos índices. Essa condição mostra a estabilidade do setor em uma cidade reconhecida nacionalmente por abrigar instituições de pesquisa avançada em tecnologia, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe – e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA –, e também importantes cadeias produtivas pautadas na indústria automobilística, aeroespacial e telecomunicações. Tal desempenho é signi-

ficativo e merece maior atenção por parte das instituições e agentes sociais dedicados a planejar as políticas públicas, particularmente por favorecer a incorporação do capital social como elemento indutor do desenvolvimento local, visto que o setor do comércio é organizado e representado por instituições sólidas, tais quais Associação Comercial e Industrial e Sindicato do Comércio Varejista, entre outras.

O alcance do desenvolvimento local tem correlação direta com a busca de soluções endógenas para os desafios sociais e econômicos que o município enfrenta e sob esta perspectiva compreender a estruturação relacional dos comerciantes faz-se necessário. O reconhecimento do potencial representado pelo setor em relação à cooperação e, portanto, ao desenvolvimento local, tem como pressuposto a superação da percepção do comércio como uma mera atividade econômica. A sua representatividade no município está conectada à constância da sua participação na economia local. Com aproximadamente 20% da força de trabalho integrada ao setor comercial faz-se necessário planejar ações que considerem a inserção social dos trabalhadores do setor. Esse novo olhar corresponde à representatividade destacada na Tabela 2 e a premência de ultrapassar a concepção de políticas públicas que consideram prioritário apenas o setor industrial. Longe de desprezar a importância da inovação tecnológica própria as cadeias produtivas instaladas em São José dos Campos, o planejamento de ações pertinentes ao setor comercial tende a ampliar as possibilidades de desenvolvimento local mais equânime. Daí a urgência de prospectar com maior acuidade as informações anteriormente reveladas.

Método

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa, com coleta de dados documental.

Os documentos empregados como fonte são resultantes de pesquisa de campo que objetivou caracterizar os corredores comerciais do município, conduzida pela Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos no ano de 2010. A pesquisa gerou um acervo documental, e as informações pertinentes à temática dessa pesquisa foram selecionadas para fundamentar este artigo. Foram utilizados os dados referentes à predisposição de realização de ações de divulgação de forma cooperada. Os dados dos documentos foram reorganizados e compilados em gráficos de maneira a contemplar os objetivos deste texto e permitiram avaliar o aspecto referente à cooperação, uma das dimensões consideradas no método de mensuração do capital social (Grootaert et al., 2003). Segundo Uphoff (2000), a cooperação é uma variável do capital social cognitivo.

Os oito corredores comerciais analisados estão localizados na região central expandida do município, e foram selecionados por sua representatividade no comércio local, pela técnica de seleção de amostra não probabilística por julgamento, ainda que a pesquisa possua abordagem qualitativa e, por isso, não considera a representatividade estatística da amostra. Importante destacar que na pesquisa de campo cujos relatórios foram usados como fonte, a amostra dos estabelecimentos dos corredores comerciais mapeados sempre foram estatisticamente representativos. Ao todo, os corredores comerciais considerados totalizam 697 estabelecimentos comerciais, que por sua vez representam 13,6% do total de estabelecimentos comerciais do município, conforme a Fundação Seade (2011). Destaca-se, também, a grande concentração do comércio do município na região central, o que faz dos corredores comerciais estudados relevantes pela densidade de estabelecimentos comerciais. A escolha dos corredores comerciais investigados foi realizada pela Associação Comercial de São José dos Campos – SP, cedente dos relatórios de pesquisa realizados em 2010, documentos considerados fonte de dados nesta pesquisa. O critério de escolha dos corredores deu-se com base em

PREDISPOSIÇÃO PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL ENTRE COMERCIANTES DOS CORREDORES COMERCIAIS...

empirismo, considerando o amplo conhecimento que a instituição possui sobre o comércio do município. A Figura 1 ilustra a distribuição espacial dos corredores na região central do município.

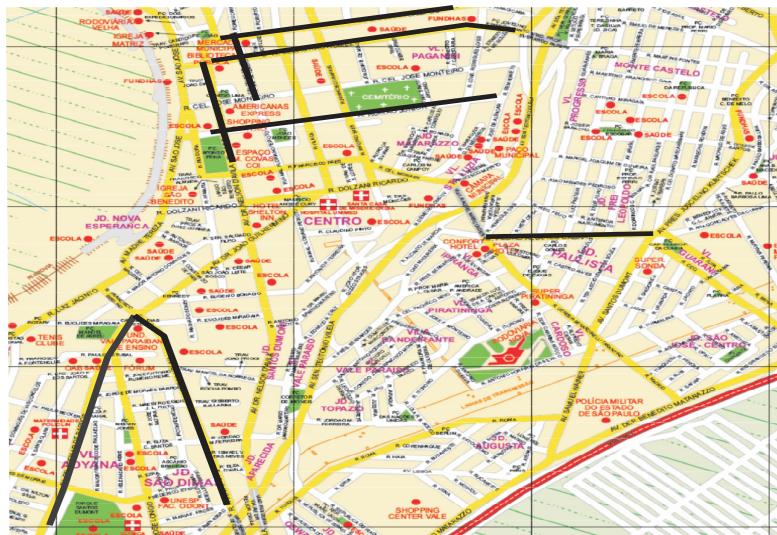


Figura 1 – Distribuição espacial dos corredores comerciais

Fonte: Adaptado de Prefeitura de São José dos Campos, 2011.

Resultados e discussão

Os resultados foram sistematizados em gráficos para facilitar a visualização.

Comércio

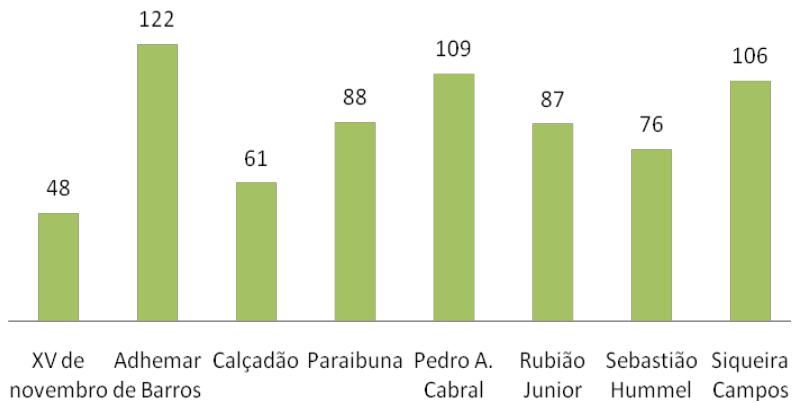


Gráfico 1 – Número de estabelecimentos comerciais dos corredores mapeados

Fonte: Dados primários, 2011.

Verifica-se que os corredores comerciais da região central concentram grande número de estabelecimentos, o que justifica sua representatividade no comércio do município, correspondente a 13,6% do total de estabelecimentos (Fundação Seade, 2011). A concentração geográfica dos estabelecimentos estudados facilita, sob a perspectiva da comunicação mercadológica, a realização de ações conjuntas para a formação de uma identidade para o comércio local. A quantidade de estabelecimentos também é uma variável que fortalece e dá visibilidade à voz desse atores sociais no caso de ações coletivas. Ações cooperadas podem ser fomentadas ou orientadas por associações ou outras instituições, a exemplo da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos, cujas informações foram usadas como fonte para elaboração deste estudo.

PREDISPOSIÇÃO PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL ENTRE COMERCIANTES DOS CORREDORES COMERCIAIS...

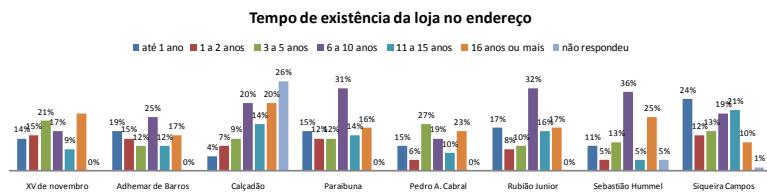


Gráfico 2 – Tempo de existência dos estabelecimentos

entrevistados no endereço

Fonte: Dados primários, 2011.

Observa-se que a maioria dos estabelecimentos, em uma análise global dos corredores estudados, possui mais de 6 anos de existência, com uma porcentagem representativa de estabelecimentos com mais de 16 anos. Conclui-se que é um comércio que já passou por uma fase inicial de consolidação, e que provavelmente se formou prioritariamente a partir da década de 80, em consequência da explosão demográfica decorrente do fluxo migratório estimulado pela industrialização da região, o que fomentou o comércio local.

Realização de reuniões mensais para busca de soluções conjuntas

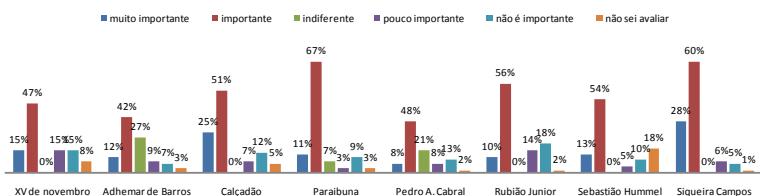


Gráfico 3 – Predisposição para realização de reuniões mensais

Fonte: Dados primários, 2011.

A maioria dos comerciantes considera as reuniões mensais importantes para busca de soluções conjuntas, fato que revela uma predisposição para ações cooperadas. O corredor Adhemar de Barros foi o que apresentou menor predisposição às reuniões. Tal fato pode ser interpretado em razão do perfil

do comércio deste corredor, constituído por um grande número de franquias e lojas destinadas a um público de maior renda. Uma leitura possível é que este tipo de comércio recebe orientações das franqueadoras e possuem ações de marketing já determinadas, o que, de certa forma, restringe parcialmente alguns tipos de ações coletivas, tal como anúncios conjuntos. Outra hipótese que pode ser levantada é que quanto maior a presença do proprietário, maior o interesse em buscar soluções conjuntas, o que é mais usual em comércios mais tradicionais e não em redes franqueadas. Outra interpretação permite inferir hipoteticamente que o comércio mais antigo, geralmente de gestão familiar, em um modelo distinto das franquias, já possui uma rede de relações constituída entre os comerciantes locais, o que se reflete na disposição de realizar reuniões para busca de soluções conjuntas. Verifica-se que a cultura é um elemento de influência para a cooperação.

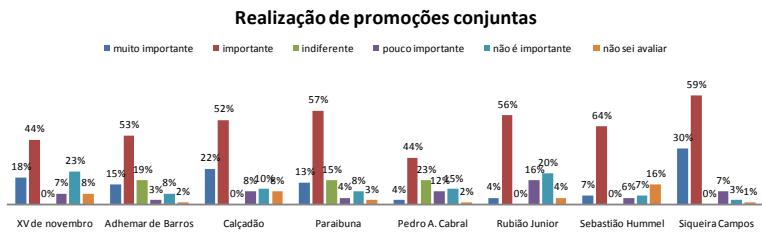


Gráfico 4 – Predisposição para realização de promoções conjuntas

Fonte: Dados primários, 2011.

A ideia de realização de promoções conjuntas foi muito bem aceita, o que reforça a predisposição a ações compartilhadas. É possível que para muitos estabelecimentos comerciais de menor porte, arcar com os custos de uma promoção que pudesse causar uma repercussão significativa exigiria um investimento inviável, no entanto, no caso de uma ação coletiva, o investimento seria diluído e se tornaria exequível. Tal fato relaciona-se com o conceito de capital social proposto por Bourdieu (1980), que afirma que o capital social permite que objetivos que não poderiam ser atingidos individualmente sejam alcançados por meio da ação conjunta. Os resultados

contrapõem a teoria da contribuição zero, contestada por Ostrom (2000, p.137), bem como rompe com a perspectiva individualista da livre concorrência pregada pelo senso comum.

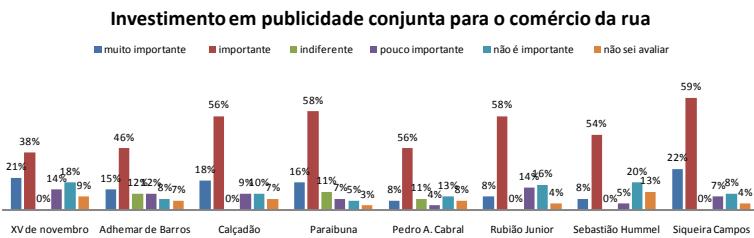


Gráfico 5 – Predisposição para realização de publicidade conjunta

Fonte: dados primários, 2011.

A predisposição à cooperação também é constatada entre os comerciantes quando o assunto é a realização de publicidade conjunta, reforçando a possibilidade de alcance de objetivos comuns por meio da ação cooperada, que em ações individuais exigiriam mais esforço para sua consecução ou não seriam atingidos.

Apesar de o capital social não estar nos indivíduos, e sim na coletividade das relações sociais, a sua construção depende também de investimento dos indivíduos (Putnam, 1996). Detectou-se que os comerciantes, enquanto indivíduos, possuem essa predisposição, o que pode resultar em um alto grau de capital social e, portanto, em uma vantagem para o desenvolvimento do comércio local.

Dessa forma, justifica-se o objetivo desta pesquisa, uma vez que deve haver a predisposição dos indivíduos para ação coletiva. Pode-se, portanto, concluir que o acúmulo de capital social exige certo esforço individual, um investimento para a construção de redes de cooperação, o que, por sua vez, implica a existência de reciprocidade.

Considerações finais

Este trabalho objetivou verificar a predisposição de comerciantes de São José dos Campos à ação coletiva em uma atividade específica: a divulgação e promoção do comércio. Apesar do recorte, os resultados revelam o pensamento e a percepção do público estudado em relação à coletividade e ações cooperadas, fator que se constitui como uma das dimensões de composição do capital social. Revelou-se uma predisposição para as ações cooperadas entre os comerciantes locais, o que é um potencial a ser explorado e pode resultar na formação de capital social. Ressalta-se que essa predisposição é um traço cultural que pode ser uma vantagem para o fomento do desenvolvimento do comércio local, mas não é uma perspectiva determinista, visto que se parte da premissa de que o capital social pode ser estimulado por meio de outras ações, como as políticas públicas.

As informações obtidas não permitem mensurar o nível de capital social acumulado pelo grupo estudado, no entanto é possível identificar a potencialidade de formação de elevado nível de capital social, uma vez que este, apesar de ser uma construção coletiva, depende da ação e esforço individuais para se consolidar. Sugere-se a continuidade dos estudos pela aplicação de instrumentos de mensuração de capital social, considerando todas as suas dimensões, de forma a identificar a relação entre a predisposição diagnosticada nesse estudo e o capital social acumulado por esse grupo.

Se a premissa de que a cooperação é uma variável que explica as diferenças dos processos de desenvolvimento de uma região, o grupo estudado possui as condições para articular ações coletivas de maneira a fomentar o desenvolvimento do comércio local, e com isso contribuir para o desenvolvimento do município.

Referências

BANDEIRA, Pedro. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para discussão, n. 630).

BOURDIEU, P. Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 31, janvier 1980. p. 2-3.

BRASIL. *Estatuto da cidade*. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 4 jan. 2011.

DALLABRIDA, V. R. Economia, cultura e desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 7, n. 2, maio/ago. 2011, p. 282-299. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/432/249>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitário. In: *Revista de La Cepal*, n. 69, dez. 1999.

FUNDAÇÃO SEADE. *Informações municipais*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. *Third World Quarterly*, vol 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GROOTAERT, C. et al. *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ)*. Grupo Temático sobre Capital Social. Banco Mundial 23 de junho de 2003. Disponível em: <<http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

HERMET, G. *Cultura & Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HIGGINS, S. S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATHIS, A. *Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional*. Grupo de Pesquisa Amazonia 21. Disponível em: <<http://www.gpa21.org/br/pdf/8Instrumentos.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

OJIMA, R. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Abep. Caxambu-MG – Brasil, 18-22 set. 2006. Disponível em: <www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/admin/uploads/producoes/ABEP2006_632.PDF>. Acesso em: 23 dez. 2008.

OSTROM, E. Collective Action and the Evolution of Social Norms. *The Journal of Economic Perspectives*, vol. 14, n. 3, summer, 2000, p. 137-158. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?&sici=0895-3309%28200002%2914%3A3%3C137%3ACAATEO%3E2.0.CO%3B2-V>> Acesso em: 13 jun. 2011.

PREFEITURA de São José dos Campos, 2011. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/so/downloads/mapa_sjc.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RATTNER, H. *Prioridade: construir o capital social*. 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/arquivo/rattner.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

RICCI, F. *Indústrias têxteis na periferia: origens e desenvolvimento – o caso do Vale do Paraíba*. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006.

SABOURIN, E. *Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. Sustentabilidade em Debate*. 2010. Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/1689/1311>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

SACHS, Ignacy. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. *Estudos avançados*, v. 12, n. 33, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a11.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SPANGENBERG, J. H. et al. Towards indicators for institutional sustainability: lessons from an analysis of Agenda 21. *Ecological Indicators*, vol. 2, Issues 1-2, p. 61-77, november 2002. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MImg&_imagekey=B6W87-4772X9C-1-1&_cdi=6647&_user=8171084&_>

pii=S1470160X0200050X&_origin=&_coverDate=11%2F30%2F2002&_sk=999979998&view=c&wchp=dGLzVlz-zSkWb&md5=532bb14c87faadf4ab746777b8548508&ie=/sdarticle.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2011.

TONELLA, C.; COSTA, S. P. da. A participação democrática nos Conselhos dos Centros de Educação Infantil em Maringá. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 26, n. 2, p. 265-272, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/1394/906>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

UPHOFF, Norman. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. *Social Capital. A multifaceted perspective*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development; The World Bank, 2000. p. 215-253.

Recebido em: 30/6/2011

Accito em: 9/9/2011